



EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS

Urandy Alves de Melo ⁽¹⁾ Ruan Igor Silva de Araújo ⁽²⁾; Orlando da Silva Neto ⁽³⁾; Alisson Clébio de Araújo Pereira ⁽⁴⁾; Natan Severo de Souza ⁽⁵⁾

¹ Universidade Estadual da Paraíba, urandyuepb@yahoo.com.br; ² Universidade Estadual da Paraíba, ruanigor.jp@hotmail.com; ³ Universidade Estadual da Paraíba; silva.orlando47@hotmail.com; ⁴ Universidade Estadual da Paraíba, alissonclebio@hotmail.com; ⁵ Universidade Estadual da Paraíba, natansb.letras@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo analisar a Educação Inclusiva no ensino-aprendizagem de alunos. Para atingir esse objetivo refletiu que o ensino do docente ministrado dentro de sala de aula desenvolve a sua formação contínua, bem como contribui para que a educação de todos promova princípios inclusivos na rede regular de ensino. Considerando esses aspectos fundamentais, optamos por um estudo bibliográfico, baseando-se nas concepções teóricas de: Gauderer (1993), Mantoan (2003), Gilberg (1990), Orrú (2009), Silva (2012), dentre outros teóricos considerados relevantes no viés dessa temática. Os resultados desse estudo constataram que as políticas não oferecem melhorias nos recursos destinados ao trabalho pedagógico, para que o docente, de maneira mais eficaz efetive as suas práticas diante da Educação Inclusiva. Com base nos resultados pode-se concluir que o atendimento a alunos especiais atua através das exigências de apoio governamental, reivindicado pelas posições tomadas pelo docente no setor educacional.

Palavras-chave: Alunos especiais, Educação Inclusiva, Ensino-aprendizagem, Práticas, Trabalho pedagógico.



INCLUSIVE EDUCATION IN TEACHING-LEARNING OF STUDENTS

Urandy Alves de Melo ⁽¹⁾ Ruan Igor Silva de Araújo ⁽²⁾; Orlando da Silva Neto ⁽³⁾; Alisson Clébio de Araújo Pereira ⁽⁴⁾; Natan Severo de Souza ⁽⁵⁾

¹ Universidade Estadual da Paraíba, urandyuepb@yahoo.com.br; ² Universidade Estadual da Paraíba, ruanigor.jp@hotmail.com; ³ Universidade Estadual da Paraíba; silva.orlando47@hotmail.com; ⁴ Universidade Estadual da Paraíba, alissonclebio@hotmail.com; ⁵ Universidade Estadual da Paraíba, natansb.letras@gmail.com

Abstract: The present research aims to analyze Inclusive Education in the teaching-learning of students. In order to reach this goal, it was reflected that the teaching of the teacher taught in the classroom develops his continuous training, as well as contributes to the education of all promote inclusive principles in the regular network of education. Considering these fundamental aspects, we opted for a bibliographic study, based on the theoretical conceptions of Gauderer (1993), Mantoan (2003), Gilberg (1990), Orrú (2009), Silva (2012), among other theorists considered relevant in bias of this theme. The results of this study verified that the policies do not offer improvements in the resources destined to the pedagogical work, so that the teacher, in a more effective way, their practices in the face of Inclusive Education. Based on the results, it can be concluded that attendance to special students acts through the requirements of governmental support, as claimed by the positions taken by the teacher in the educational sector.

Keywords: Special students, Education Inclusion, Teaching-learning, Practices, Pedagogical work.

INTRODUÇÃO

Para promover e partilhar uma sociedade inclusiva no desenvolvimento social é importante ressaltar que a educação inclusiva precisa continuar viva e fluída. Para alcançar as propostas e finalidades na rede regular de ensino inclui sem distinção instâncias educativas que contemplam uma concepção do processo educacional inclusivo, mantendo-se os sujeitos em uma posição política, cultural e social, independentemente sem distinção dos que desejam um compartilhamento de uma educação igualitária e inclusiva, para o desenvolvimento da sociedade.

No entanto, para que isso seja primordial, já que não se pode ser previsível e está em transformação constante, considerar-se importante que para a obtenção dessas finalidades na educação inclusiva, é necessário ressaltar por diversidades, valorização, mudanças e diferenças.

Dessa maneira, para as habilidades existentes desenvolverem-se no portador de autismo, é necessário incluir o(s) aluno(s) na oferta de um espaço escolar e não, apenas na rede regular de ensino, para que o desenvolvimento da educação seja essencial em direito.

Prevalecendo-se em um ambiente que visa e valoriza na significativa melhoria de vida humana, a aprendizagem com qualidade promove e traça metas para a escola, sendo crucial conhecer nos sujeitos autistas um intuito que, de forma eficaz compreenda as exigências educacionais de cada indivíduo, nas necessidades, diferenças e no fazer pedagógico do(s) docente(s).

Quando se têm o apoio dos governos e a participação da família, bem como da comunidade escolar, as atividades tornam-se produtivas, mesmo com as adversidades e necessidades especiais que são diversas no trabalho inclusivo. Proporcionar a participação dos governantes é de fundamental importância, para que o(s) docente(s) na sala de aula trabalhe(m) principalmente em uma dinâmica, de forma produtiva a dar (em) nas atividades interativas maiores apoio na orientação, nos comportamentos rotineiros e nas dificuldades da linguagem.

Quando o assunto é sujeitos portadores de necessidades especiais, alunos (as) com deficiência colaboram na redução do preconceito, compartilham experiências e dividem o ambiente

físico, visto que sobre as educativas instâncias do(s) educando(s) autistas, além da interação entre esses alunos, existem as contribuições e particularidades na rede de ensino, requerendo planejamentos pedagógicos, para que cada um apresente na obtenção de conhecimentos uma primordial e profissional formação.

No contexto escolar a interação do indivíduo e os desafios da aprendizagem consideram o autismo uma investigação de entender as dificuldades e transtornos, conforme a origem no discernimento por estudos realizados por pesquisadores. De acordo com alguns estudiosos e a política de desenvolvimento, o autismo é considerado uma deficiência de transtorno.

Brasil (2008, p.15) sob o olhar da educação inclusiva diz que:

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.

Para que os docentes possam atender os indivíduos com necessidades especiais é necessário terem preparo, sendo assim, é considerada possível e profissionalmente a sua submissão no trabalho com a prática docente e com a efetivação da educação inclusiva.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para o que compreendemos e para alcançar o que conhecemos na educação inclusiva e sociedade percorreu-se um longo.

Em ambientes específicos e clínicos ocasionar-se a exclusão de sujeitos portadores de necessidades especiais, que a educação no convívio ao espaço social é a princípio realizada de forma assistencial. Não ficava de fora a comunidade educacional como espaço escolar.

O que ocorria no sistema de integração escolar era que estipulavam concepções de comportamentos, que introduziria o(s) aluno(s) com dificuldade em um ambiente escolar, onde educandos divergiam assim, para reproduzir na sociedade exclusiva e rigorosa, comportamentos que enquadram os alunos.

Propiciando o compromisso no sistema com tarefas e exercícios de cidadania, cujas necessidades são diversas, no âmbito escolar, o princípio inclusivo contempla a presença entre grupos em que alunos são vistos com necessidades especiais, com o objetivo de que por meio de igualdade garantam no meio educacional uma educação de valor e progressista para todos.

Segundo Mantoan (2006), “desde o início da vida escolar inclusão e integração têm objetivos opostos, a primeira visa não deixar ninguém de fora do ensino regular e a segunda consiste em inserir o aluno que já foi excluído anteriormente”. Em alguns casos para agregar as estratégias da educação inclusiva e em algumas instituições de ensino, onde se têm discussões é bastante comum debates, para a solução das dificuldades. Para os que necessitam de um cuidado mais rebuscado métodos engajam uma fundamentação defeituosa e ultrapassada.

Torna-se um dever do sistema, respeitar as limitações de cada indivíduo, colocando-se em uma relação interativa, pois na questão tratada, enquanto ser humano *incluído* e *integrado* vem sendo uma das questões que mostrar-se à tona. Na teoria da LDB, Lei de Diretrizes e Bases Educacional, a indiferença mental ou física, independente para uma educação igualitária posiciona-se, apesar de que pela abordagem inclusiva, a educação foi modificada e vem, de fato diminuindo suas forças, independentemente de deficiências e, depois de alguns anos não mostrar exatamente a diferença que se esperava no setor educacional do Brasil

Assim em 1994, quando se efetuará a Declaração de Salamanca, um evento do tipo Conferência Mundial de Educação Especial, para que no decorrer dos tempos alguns encontros, priorizaste uma educação menos discriminatória, atendendo as necessidades com os mecanismos de suporte exigências, estabelecendo perspectivas novas para a sociedade.

Segundo Serra (2008) provocando relevantes debates essa Conferência de inclusão aos educandos portadores de alguma necessidade especial ganhou espaço.

Esta Declaração propõe que governos e organizações sejam guiados pelo espírito de suas propostas e recomendações e que, desta forma, cada criança possa ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem. Propõe ainda que os sistemas educativos implementados possuam a devida diversidade, a fim de que cada criança ou jovem tenha acesso às escolas regulares (SERRA, 2008, p. 35).

Em diversas situações faz-se destas causas positivas interações, modelando nos educandos as diferenças e gerando na educação inclusiva um novo olhar.

Na mesma proporção ao ensino buscar-se por melhorias na comunidade escolar, abarcam-se as diversidades, enaltecendo-se uma pedagogia sob a valorização e a promoção de benefícios, para que na proporção da inclusão educacional, os desafios que são propostos aos docentes estejam aptos às necessidades especiais para a preparação, as exigências educativas e ao atendimento aos alunos (as).

2 DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA EDUCAÇÃO AUTISMA

Como o que provoca uma síndrome, na verdade, ainda não há uma definição sobre o que é o autismo. Com cursos em desenvolvimento o autismo pode ser uma síndrome com múltiplas e comportamentais (GILBERG, 1990, p.112). Podendo ser identificada por atitudes de comportamentos sistemáticos, sabe-se que se trata de uma abrangente síndrome e não de uma doença.

Nas áreas verbais ou não verbais e relacionadas à comunicação “o autismo é uma síndrome comportamental que engloba comprometimento:

¹ Documento com a finalidade de oferecer diretrizes básicas para a elaboração e reformas de políticas e meios educacionais conforme o movimento de inclusão social. Elaborado na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, na Espanha. É um instrumento resultado de um movimento mundial que fortaleceu a educação inclusiva, cujo berço vem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir da década de 60 e 70 (ORRÚ, 2011, p. 30).

Na imaginação, linguagem e praxe linguagem, normalmente surgido nos três primeiros anos de vida, o autismo é um Transtorno Global do Desenvolvimento, que caracterizar-se pela interação social e que pelas desordens afeta a presença comunicativa da criança. Em diferentes graus e distintas maneiras o desenvolvimento do cérebro no agrupamento complexos de casos, durante ou depois do nascimento é importante salientar que o autismo

diz respeito a uma condição geral, atingindo os indivíduos, já que conceitua um transtorno.

Segundo as concepções de ASA (2013) pesquisadores consideram que o autismo advém de transformações funcionais ou estruturais do cérebro, pois contundo é do consentimento de estudiosos, tendo suas causas ainda desconhecidas. Para revelarem o berço dessa alteração, as questões médicas e a genética estão buscando teorias, através de investigadores, para ressaltar entre a hereditariedade, contundo a dita associação.

Sobre o autismo tinham existido muitas explicações aceites como base, previamente por Leo Kanner, um psiquiatra austríaco, antes do seu estudo e de sua referida exposição, todavia e, essencialmente a princípio do distúrbio autista. Acerca do estudo sobre o autismo, cientificamente com o esforço de Kanner surgem essas explicações no ano de 1943. Propondo que se tratava de um transtorno inato o indício importante a primeira definição proposta no estudo de kanner mantinha-se presente no primórdio, evidenciando o autístico isolamento da vida da criança, como por exemplo.

Uma inquietação por rotina, quando Kanner discorreu sobre onze casos de crianças, nomeando-as de autistas que apresentavam uma inquietação intensa e um isolamento intenso, comumente por rotina. Desde o começo de vida destacar-se a inaptidão em estabelecer vínculos, habitualmente a lidar com situações e com as pessoas normais.

Algumas características do autismo são:

[...] incapacidade de estabelecer relações com as pessoas, um vasto conjunto de atrasos e alterações na aquisição e uso da linguagem e uma obsessão em manter o ambiente intacto, acompanhada da tendência a repetir uma seqüência limitada de atividades ritualizadas (ORRÚ, 2009, p.18).

Quando as atividades são memorizadas no cotidiano, acentuando, dessa forma a aquisição da linguagem é notável que os alunos autistas apresentem um desenvolvimento, habitualmente atípico na interação, que passa a ser repetida como uma aquisição reflexiva.

Em aprender a capacidade de memorização e aos detalhes geralmente muito elevados, visualmente grande parte desses alunos autistas têm facilidade sensorial, podendo, através dos cinco sentidos, de alguma forma apresentarem sensibilidades.

Acarretam para as crianças percas sociais na convivência interpessoal e na relação de interação social, uma vez que os interacionais não trabalhando com particularidade a síndrome do autismo, por outro lado educadores e familiares trabalham a forma correta.

Sendo assim, complementa que:

Apresentadas por crianças autistas ocorrem em razão da falta de reciprocidade e compreensão na comunicação, afetando, além da parte verbal, as condutas simbólicas que dão significado às interpretações das circunstâncias socialmente vividas, dos sinais sociais e das emoções nas relações interpessoais (ORRÚ, 2011, p.34).

Nas patologias, percepções e linguagem atribuída a esse transtorno, autistas, raramente terão relações referentes aos desvios, as próprias especificações, que ao manifestarem nos comportamentos variam mesmo no próprio universo. Portanto, todos os indivíduos tidos como autistas possuem o seu próprio universo tendendo a criarem relações entre outras pessoas autistas na forma comportamental. Para diagnóstico e uma avaliação concreta, procurar-se um médico que de imediato comprovem os suspeitos casos de autismo.

A partir das concepções de mundo de Gauderer (1993, pág. 3, 4) algumas características e definições do transtorno autista são:

Uma inadequacidade no desenvolvimento que se manifesta de maneira grave durante toda a vida. É incapacitante e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Acomete cerca de cinco entre cada dez mil nascidos e é quatro vezes mais comum entre meninos que meninas. É encontrada em todo mundo e em família de qualquer configuração racial, étnica e social. [...]. Os sintomas [...] incluem: 1. Distúrbio no ritmo de aparecimento de habilidades físicas, sociais e lingüísticas; 2. Reações anormais às sensações. As funções ou áreas mais afetadas são: visão, audição, tato, dor, equilíbrio, olfato, gustação e maneira de manter o corpo; 3. Fala e linguagem ausentes ou atrasadas. Certas áreas específicas do pensar presentes ou não. Ritmo imaturo da fala, restrita compreensão de idéias. Uso de palavras sem associação com o significado. 4. Relacionamento anormal com objetos, eventos e pessoas. Respostas não apropriada a adultos ou crianças. Objetos e brinquedos não usados de maneira devida. [...] A pessoa portadora de autismo tem uma expectativa de vida normal. Uma reavaliação periódica é necessária para que possam ocorrer ajustes necessários quanto às suas necessidades, pois os sintomas mudam e alguns podem até desaparecer com a idade.

METODOLOGIA

Na metodologia dessa pesquisa, realizamos um estudo bibliográfico amparando-se por um olhar qualitativo nas teorias de: Gauderer (1993), Mantoan (2003), Gilberg (1990), Orrú (2009), Silva (2012), dentre outros teóricos, com o intuito de compreender a Educação Inclusiva no ensino-aprendizagem de alunos. Isso nos fez refletir sobre a vida das pessoas que são portadoras de autismo.

Nos resultados e discussões vimos como essa temática está diretamente relacionada com o processo de ensino inclusivo e de inclusão escolar, que merece total atenção no âmbito social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na rede de ensino a inclusão do aluno (a) é considerada uma questão referente ao processo inclusivo e a debates regulares que no seio do panorama autista e no espaço escolar deve integrar a qualidade na educação, para que, apesar das diferenças e diversidades todos sejam atendidos sem rejeição alguma.

Ter o privilégio de compartilhar com diferentes pessoas, reconhecendo as outras pessoas é conviver com a capacidade de entender-las sem distinção, aceitando a inclusão, de qualquer modo, Mantoan (2003).

Para o exercício de sua cidadania educacional, a inclusão dos autistas, faz-se constituir de sujeitos que realizem condições de desenvolvimento para a grande importância e melhoramento na identidade dos sujeitos que partilham em sociedade árduas tarefas para a satisfação da inclusão.

No contexto da educação brasileira é um dos deveres da Constituição Federal fornecer uma educação igualitária, isto é, com qualidade, salientando que nas escolas o ensino básico às gestões que têm em seu papel determinadas funções devem planejar melhorias educacionais para os educandos, dependentemente ou não de sejam eles(as) autistas.

Para os pais dos alunos autistas surgem dúvidas, principalmente, quando se vêem em uma desigual situação.

Com a síndrome no seu período de escolar, eles (as) podem vê quais são as questões que chegam e por quais direitos devem lutar.

A diferenciação no ambiente escolar não só se resume em inserir os alunos autistas em convivência social, mas, sim, também se lembrar de sua inclusão educacional como uma meta essencial na educação especial e inclusiva. Em oferecer a comunidade escolar benefícios, os pais desses alunos devem saber dos efeitos positivos, das conseqüências negativas, do acesso à prática objetivada na pedagogia e ficarem de olho projetado na área inclusiva.

Serra (2004, p.25) relata que:

É muito importante que haja uma parceria entre familiares e escola, pois os pais são portadores de informações preciosas que podem colaborar bastante com o planejamento das intervenções educacionais das crianças portadoras de autismo, especialmente pela peculiaridade da forma de comunicação dos portadores dessa síndrome.

Fisicamente para os alunos que possuem intelectivas dificuldades, criar-se uma metodologia, para suprir as necessidades especiais, com cada indivíduo tendo suas necessidades atendidas, pois para começar a ver isso, vale lembrar que cada caso é um caso, com o professor encarregado de fazer as indagações aos que mais necessitam nas aulas de um atendimento, metodologicamente trabalhado envolta das necessidades especiais. Quando se conhece cada detalhe das particularidades, professores terão um novo caminho a seguir.

Em relação a isso Orrú (2011, p.32) diz que:

Assim como qualquer um de nós, a pessoa com autismo também tem sua individualidade, desejos e necessidades que vão além das características da síndrome. Logo, nem tudo, que venha a dar resultado para uma pessoa com

autismo, serve de referência positiva á outra pessoa com a mesma síndrome.

Faz necessário que se mantenha uma constante e mútua relação entre aluno(s) e docente(s), para que eles na escola possam refletir em ter um excelente e adequado atendimento.

Sobre os hábitos, especificando o comportamento do aluno autista cabem aos docentes passar possíveis informações. Para que, de acordo com as peculiaridades venha a levantar sua metodologia na prática e um aperfeiçoado atendimento, procurar-se refletir sobre o caso em suas atualizações, com um novo olhar do aluno e professor.

Podem ser descritos níveis, através do ponto importante da síndrome. Tem uma capacidade maior de acompanhar as aulas e desenvolver habilidades, normalmente, que há alunos com baixos níveis.

Segundo Silva (2012, p. 109) outros com avançados níveis de autismo dependem de auxílio e permanecem no ambiente escolar.

O desempenho escolar das crianças com autismo depende muito do nível de acometimento do transtorno. As crianças com nível mais grave de autismo podem apresentar atraso mental e permanecer dependentes de ajuda. As crianças com autismo leve ou somente com traços autísticos, na maioria das vezes, acompanham muito bem as aulas e os conteúdos didático-pedagógicos.

Tendo constitucionais políticas constitucionais o que garante suprir a exigência do aluno é a causa dos casos avançados e de níveis avançado, que por base dos governos, o professor deve buscar.

Nos termos do inciso IV do artigo 2º, terá direito a um especializado acompanhante, denotando e sendo promulgado, isso, pela presidenta Dilma Rousseff, em parágrafo único, conforme a Lei de dezembro de 2012, nº 12.764, e 27. Nas classes comuns de ensino a pessoa com transtorno de autismo é incluída pelos casos que comprovam necessidades especiais.

Os Estados, a República Federativa do Brasil, junto com os municípios asseguram preferencialmente, na rede de ensino um especializado atendimento aos portadores de autismo, para que no desenvolvimento de suas atividades eles (as) consigam ter suporte e produzir um avanço na sua aprendizagem, de maneira relevante (BRASIL, 1988, Art.208, Inc. III; BRASIL, 1990, Cap. IV, Art. 54, Inc. III).

Prestando uma formação ou complementação aos alunos na educação e, de acordo com o Atendimento Educacional Especializado e Decreto nº6571, de 2008, o Atendimento Educacional Especializado é definido como um conjunto de recursos organizados e,



institucionalmente pedagógicos de acessibilidade e atividades (BRASIL, 2008, Art. 1, Parágrafo 1) com os objetivos seguintes:

- I - prover condições de acesso e participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º 23;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudo nos demais níveis de ensino. (BRASIL, 2008, Art. 2).

Então, a AEE é um apoio para o ensino regular e não uma substituição, pois conforme a resolução nº 4 de 2009 e Brasil (2009, Art.5), o AEE deve ser:

Realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Para o trabalho com o suporte de ensino é preciso contar com a capacitação docente, a implantação de recursos dentro de salas de aula, substituindo as mesmas, caso seja fundamental, para que regularmente as salas que deixam a desejar na estrutura institucional sejam substituídas por salas novas e melhores, contudo, dessa maneira, isso melhorará no auxílio e no desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos educandos que apresentam necessidades especiais de autismo.

Como no cenário educacional básicas situações de aperfeiçoamento no padrão da profissão são trabalhadas, assim é preciso unir-las, com responsabilidade no entendimento, para que na prática dos docentes o processo inclusivo proporcione direitos às pessoas com autismo e deficiência, obtendo satisfatórios e positivos resultados.

Acrescentá-se nas teorias de Mantoan (2003, p.91) que:

“A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para atender e viver a experiência da inclusão”

Em seus desafios e condições de vida humana, educandos constroem um entendimento legítimo e diferente ao participarem da proveitosa inclusão para todos e oportunizam com pessoas diferentes os seus próprios conhecimentos, as suas próprias interações sociais e a sua própria convivência social.

CONCLUSÕES

Apontando considerações sobre atendimentos aos educandos com necessidades especiais, a posição dos docentes que atuam no espaço escolar e aderindo para as políticas educacionais do sistema de ensino brasileiro, compreendemos que a educação inclusiva do autista é um direito de todos e que a inclusão na rede regular de ensino reflete-se, acerca dos transtornos sobre o processo inclusivo.

Por apresentar diferenças às pessoas consideradas como normais, participam de instâncias sociais e de esferas educacionais como indivíduos que criam e transmitem conhecimentos, de certa forma vivendo em uma sociedade especial e tornam-se diferentes pelas suas necessidades marcadas por pré-definidos princípios.

Cidadão portador de necessidades especiais, que é excluído é perceptível, para quebrar esse tabu no cenário da educação.

Para a organização de uma didática que contempla a inclusão e a cidadania, estabelecem-se paradigmas inclusivos, bem como uma prática pedagógica produtiva, para que desse modo as necessidades especiais na valorização das diferenças e em meio da aceitação abranjam-se pela efetivação de um ensino qualitativo, pautado de assistência governamental, estabelecendo às exigências aos educandos, para que, na realidade tenham um acesso coletivo e uma adequada construção de conhecimentos durante sua formação.

Nas esferas educacionais, sociais, tornando a educação inclusiva um processo progressista e produtivo, é preciso lidar e conscientizarmos com os seres humanos, exclusivamente em suas situações de comportamento e de síndrome do(s) aluno (as) autista, já que ele em seu ambiente de estudo, compreendendo suas características é sem sombra de dúvidas, uma fonte de estudos, visada pelos pesquisadores na área de conhecimento do autismo. Fazendo destes não um problema, mas, sim novos horizontes possibilitam no caminho da inclusão a participação, que de alguma forma, mesmo com deficiência(s) especial (is) ou limitações já é um papel de fundamental valia para a sociedade.

Especificamente o estudo de indivíduos autistas discorrem a respeito de sistematizados conhecimentos da área de inclusão que vem, atualmente sendo trabalhada por alguns estudiosos, que se pontuam a partir de caráter bibliográfico, através de teses recentes e artigos, para que, dessa forma, tratem os estudos acessíveis que se explicam por disponibilizar de ofícios já realizados sobre essa temática.

A posição docente na dinâmica de abordagem das aulas no trabalho com o alunado autista, dependente de necessidades especiais, pontua-se acerca de ter um novo olhar, definições, explanações e características, para que nos atendimentos da rede regular de ensino e da educação inclusiva melhore a composição e apresentação do estudo.

REFERÊNCIAS

ASA – Autism Society of American. **Improving the Lives of All Affected by Autism**. 2013. Disponível em : <<http://www.autism-society.org/>>. Acesso em: jul.2018.

BRASIL, **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 23/12/1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: 8 <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 01 jul.. 2018.

Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12716&Itemid=863. Acesso em 10 jul. 2018.



_____. **Decreto N° 6571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em 03 jul. 2018.

GAUDERER, E. Christian. **Autismo**. [S.I]: Atheneu, 1993.

GILBERG, C. **Infantile Autism: diagnosis and treatment**. Acta Psychiatr Scand 1990; 81:209-15.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação: Interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

Autismo: o que os pais devem saber? – 2. ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa, GAIATO, Mayra Bonifácio, REVELES, Leando Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SERRA, Dayse. **Inclusão e ambiente escolar**. In. Mônica Pereira Santos; Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Dayse C. G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: [HTTP://www.proped.pro.br/teses_pdf/DISSERTAO%20Dayse%20G.%20Serra.pdf](http://www.proped.pro.br/teses_pdf/DISSERTAO%20Dayse%20G.%20Serra.pdf). Acesso em 8 de jul. 2018.